

ÁGUA, PAISAGENS E CONFLITOS: REFLEXÕES ETNOGRÁFICAS SOBRE LUTA E RESISTÊNCIA NO VALE DO RIO SALITRE EM UM CLARO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA ADMINISTRADA

WATER, LANDSCAPES AND CONFLICTS: ETHNOGRAPHIC REFLECTIONS ON THE
STRUGGLE AND RESISTANCE IN THE SALITRE RIVER VALLEY IN A CLEAR
CONTEXT OF ADMINISTRATED VIOLENCE

Resumo

Este artigo tem por objetivo tecer algumas reflexões etnográficas sobre os modos de vida dos habitantes do Vale do Rio Salitre, localizado no semiárido baiano. Apoiado em narrativas locais e tendo o Projeto Salitre de Irrigação como referência de descaso planejado e de violência administrada, descrevo as trajetórias de vida, modos de ser, viver e habitar dos salitreiros, buscando evidenciar as conexões que essas vidas estabelecem com o rio, a água, as comunidades e povoados localizados ao longo do Vale. Para isso, concebo metodologicamente a água como fato social total, analisando sua presença nos diferentes domínios da vida social dos agricultores familiares do Vale do Rio Salitre.

Palavras-chave: Rio Salitre. Água. Conflitos. Paisagem. Violência administrada.

Abstract

This article aims to weave some ethnographic reflections on the ways of life of the inhabitants of the Salitre River Valley, in the semiarid region of Bahia. Supported by local narratives and having the Salitre Irrigation Project as a reference for planned negligence and administered violence, I describe the life trajectories, ways of being, living and habiting of saltpeter workers, seeking to highlight the connections that these lives establish with the river, the water, the communities and villages located along the Valley. For this, I methodologically conceive water as a total social fact, analyzing its presence in the different areas of the social life of the family farmers of the Salitre River Valley.

Keywords: Salitre River. Water. Conflict. Landscape. Administered violence.

¹ Doutorando – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro); Bolsista – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); Membro pesquisador do Programa de Pesquisa sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB). E-mail: nascirenato@gmail.com.

INTRODUÇÃO: O LUGAR, SUAS HISTÓRIAS

O Vale do Rio Salitre está dividido em três sub-regiões: Baixo, Médio e Alto Salitre.² Ao longo dos caminhos que ligam as três sub-regiões avista-se diferentes pontos de paisagens que, como se falassem, contariam-nos as histórias do lugar. As histórias estão nos nomes das comunidades e povoados (Curral Velho, Passagem do Sargento, Curral Novo, Laje dos Negros, Baixinha); nas pequenas capelas no centro das comunidades que remontam ao tempo das missões franciscanas, que chegaram ao Vale com o objetivo de converter ao catolicismo os indígenas que ali habitavam e integrá-los ao modo de vida dos colonizadores (GONÇALVES, 1997, p. 60); nas antigas *edificações* remanescentes dos engenhos que se espalhavam ao longo do rio; nos povoados, roças e casas de farinha abandonados; nas antigas casas de taipa e adobe que contrastam com as modernas casas de alvenaria; nas grandes plantações que contrastam com as pequenas roças dos agricultores familiares; nos caminhos, nas estradas e ladeiras por onde caminhamos até chegar às comunidades. Essas paisagens não nos revelam apenas uma história, mas uma extraordinária série de diferentes histórias que se inter cruzam, conectando pessoas e a ecologia do lugar.

O processo de povoamento do Vale é anterior à colonização empreendida pela Casa da Torre no séc. XVII. Donald Pierson, em *O Homem no Vale do São Francisco* reportando-se ao *mapa de distribuição dos grupos indígenas do Brasil* de Curt Nimuendajú, publicado em 1946 por Julian Steward em sua obra *Handbook of South American Indians* (PIERSON, 1972) (identificou os primeiros povos que habitaram a região do rio Salitre nas adjacências do Médio São Francisco entre os anos de 1587 e 1759. Segundo Pierson (1972), em conformidade com o mapa étnico de Nimuendajú, a região situada entre o município de Barra (semiárido baiano) até a foz do rio Salitre,³ tributário do São Francisco, era, em 1587, habitada por índios Amoipira, pertencente ao grupo linguístico Tupi; entre o Salitre e o rio Jacaré, também tributário do São Francisco, foram identificados os Tupiná.⁴ Assinalando a ausência de registro de data precisa sobre a presença dos Tupiná no Médio São Francisco, Pierson (1972) também considerou o ano de 1587 para situá-los nesta

2 Na área que envolve os municípios de Juazeiro e Campo Formoso, o rio está subdividido em três partes: Alto, Médio e Baixo Salitre. A área correspondente ao município de Juazeiro atinge todo o Baixo Salitre e parte do Médio. A comunidade de Passagem do Sargento estabelece os limites territoriais entre os dois municípios.

3 Também situado no semiárido baiano, o rio Salitre deságua no rio São Francisco, na comunidade de Sabiá (município de Juazeiro), a jusante da barragem de Sobradinho.

4 HOENTHAL (1960) também notifica que sobre esse povo, localizado pela primeira vez em 1587 na região entre Santa Sé (Bahia), no Rio São Francisco, e o Rio Salitre, não foram encontradas outras informações. A fonte utilizada por Hohenthal foi Nimuendaju. (1946, p. 382)

região. Em 1739 dois povos, os Ocren e os Sacragrinha,⁵ são identificados como habitantes das regiões que margeiam o tributário Salitre e o São Francisco nas proximidades da confluência dos dois cursos d'água. Presumo que essa é a região conhecida atualmente como Baixo Salitre, município de Juazeiro, onde emergiram, na segunda metade do século XX, os primeiros conflitos hídricos entre agricultores locais (salitreiros) e empresários do agronegócio em decorrência da intensificação da agricultura irrigada na bacia do rio Salitre.

Seguindo com a identificação dos povos que habitaram o Médio São Francisco e o Vale do Rio Salitre, o trecho localizado à esquerda do rio Salitre, parte inferior, era, em 1759, habitado por povos indígenas Tupinambá. (HOHENTHAL 1960; PIERSON, 1972) Na extensão compreendida como Corredeiras do São Francisco,⁶ na faixa de convergência dos dois cursos d'água (Salitre e São Francisco), foram identificados os povos Ponta e Massacara. Hohenthal (1960), embasado em Martius (1867 apud HOHENTHAL, 1960), também endossa que esses povos estiveram aldeados em Juazeiro (BA), Vilareal de Santa Maria, Vila de Nossa Senhora da Assunção e Quebrobó ou Cabrobó (PE).⁷ Suponho que o trecho identificado na obra de Pierson como *das Corredeiras do São Francisco* envolva a área que atualmente compreende as comunidades de Boca da Barra e Sabiá (município de Juazeiro), onde o Salitre desagua no São Francisco, a jusante da barragem de Sobradinho.

Os índios Anaió ou Tapuias,⁸ habitaram até o ano de 1647 a região que margeia o tributário Salitre, na extensão de convergência com o principal, o rio São Francisco. Estevão Pinto (1956, p. 44) observa que, até 1697 ou fins do século XVII, conforme reitera Pierson (1972, p. 234), “quase todo o vale do São Francisco, sobretudo de Juazeiro para baixo, estava povoado de índios”. Pinto (1956, p. 43), invocando Barbosa Lima Sobrinho, atribuiu o povoamento de grande parte do vale do São Francisco aos próprios indígenas e à obra de catequese dos sacerdotes.

5 Pierson, em nota de rodapé, observou que “Hohenthal pensa que os Cecachequirinhen ou Sequakirihen (Secaquerinhen), grupo que vivia nas margens do tributário Salitre e fora visitado por dois padres jesuítas na segunda metade do século XVII [...], eram provavelmente do mesmo estoque que os Sacragrinha”. (PIERSON, 1972, p.229)

6 Donald Pierson não é exato na identificação do trecho do São Francisco por ele chamado de Corredeiras do São Francisco. Em um primeiro momento, situa-o abaixo de Juazeiro (Bahia). Em seguida, inclui neste trecho as cidades de Petrolândia (PE), Cabrobó (PE), Paulo Afonso (BA), Cachoeira de Itaparica (Gloria/BA). Em outro momento, reportando-se ao geógrafo Orlando Valverde, refere-se como ponto de transição entre as Corredeiras do São Francisco e o Baixo São Francisco a região que vai “de um ponto perto de Petrolândia (PE) até Piranhas (AL).

7 Calos Ott (1955, p. 25), também recorrendo a von Martius, notificou a presença de índios Massacará “nas caatingas do Rio Salitre”.

8 Esses índios “ua nay” eram, sem dúvida, os mesmos tapuias “anaiós” que em 1674 habitavam a barra do rio Salitre, contra os quais se fez guerra entre 1674 e 1679. (CARRARA, 2007)

Um dos *relatos* mais importantes sobre os povos que habitaram o Vale do São Francisco e as vizinhanças do rio Salitre é, seguramente, o de *frei Martinho de Nantes, sacerdote francês capuchinho que acompanhou as tropas* do colonizador Francisco Dias D'Ávila nas suas investidas aniquiladoras pelos sertões do São Francisco.⁹ Em seu relato, Frei Nantes (1979) acusa *Francisco Dias D'Ávila* de fazer uso de declarações falsas que justificavam as guerras que assassinavam indígenas e escravizavam os que sobreviviam. Assim ocorreu aos *Anaió*, que em 1674, vivendo perto do *rio Salitre*, foram violentamente atacados e dizimados pelas tropas de Dias D'Ávila. (LINDOSO, 2005; NANTES, 1979) Para tal missão avassaladora contra os indígenas, o governo fornecia, reitera Sobrinho em introdução à *Relação de Nantes*, “munições de guerra, balas e pólvora”. Armados com suas azagaias (pequena arma de arremesso/lança), localizados nas proximidades da embocadura do Salitre, os *Anaió* foram derrotados, ressalta Estevão Pinto (1956, p. 45), evidencia a desvantagem bélica dos *Anaió* diante do arsenal das tropas de Dias D'Ávila. Nantes, em relato de suas experiências com os *Cariri*, entre 1672 e 1683, fala dos índios *Cariris* que viviam perto do *rio Salitre*, quando foram atacados, em 1674, pelos terços dirigidos por Francisco Dias de Ávila. (NANTES, 1979; LINDOSO, 2005) Estudos mais recentes, presumem que os agrupamentos indígenas mais recentes na região eram formados pelos índios *Cariris*, expulsos do litoral pelos índios *Tupis*. (GONÇALVES, 1997)

Com bravura, os povos indígenas que habitaram os sertões do São Francisco lutaram contra os invasores. No entanto, muitos foram assassinados, sendo os sobreviventes aprisionados e, conseqüentemente escravizados. Sobre uma repressão ocorrida em 1676 nas proximidades do rio Salitre contra os indígenas que habitavam suas margens, Frei Nantes (1979, p. 53) relatou que o pequeno grupo foi encontrado “quase sem armas e morto de fome” e, sendo obrigados pelos portugueses a entregar as armas, “os amarraram e dois dias depois mataram a sangue frio, todos os homens de armas, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres”. (NANTES, 1979, p. 53)

As entradas e bandeiras que colonizaram o sertão nordestino resultaram, pode-se afirmar, no extermínio deliberado dos povos indígenas que habitavam a região. O relato de Nantes não nos permite outra compreensão senão aquela que afirma ter ocorrido na região do São Francisco, em fins do século XVII, atos criminosos de genocídio contra o povo nativo ou àqueles que migraram para a região fugindo das investidas colonizadoras. Sobre essa perspectiva, Barbosa Lima Sobrinho enfatizou que muitas das entradas e bandeiras defla-

9 Em sua *Relação de Uma Missão no Rio São Francisco*, Pe. Martinho de Nantes, capuchinho e missionário apostólico no Brasil, identifica os índios que habitaram a região que envolve o rio Salitre como *Cariri*.

gradas contra os indígenas que habitavam o São Francisco, nas alturas do rio Salitre, pudesse hoje, talvez, ser averbadas de genocídio (1979, XVII). Edwin Reesink (2013), em estudos sobre povos indígenas e a Guerra de Canudos, emprega genocídio o massacre a que foi submetida a população do Bello Monte de Antônio Conselheiro. Para Reesink (2017, p. 23), o “apetite voraz e devastador” das bandeiras e entradas dos sertanistas “atingiram os povos indígenas com guerras de extermínio, verdadeiros genocídios, escravização [...]”.

Isto posto, parece-me inevitável compreender que o processo de colonização dos sertões do São Francisco e áreas que margeiam o seu tributário Salitre foi acompanhado de claras e violentas práticas de *etnocídio* e *genocídio* das populações indígenas que ali habitavam ou se refugiavam. Acrescente-se ainda, conforme adverte Reesink (2017, p. 31), que a essas populações indígenas eram coagidas ao estabelecimento de um sistema de relação assimétrica.

Portando, é a partir do século XVII, quando a região foi violentamente ocupada pelas entradas e bandeira comandadas pela Casa da Torre e sob o comando do colonizador Francisco Dias D’Ávila, que surgem as primeiras comunidades de agricultores e pecuaristas às margens do rio. Naquela época expandia-se a agropecuária pelos sertões do Nordeste e a exploração do salitre, que era utilizado tanto para uso doméstico como para a produção de pólvora. As paisagens salitreiras, aqui evocadas a partir das memórias dos habitantes do Vale, também tem como ponto de referência esses eventos ocorridos em fins do século XVII. Mas, vale ressaltar, esses eventos não serão aqui considerados cronologicamente, numa sequência lógica de coisas que nunca se repetem. Pelo contrário, veremos que a violência contra os habitantes do Vale persiste; que o processo de construção do lugar social dos *salitreiros* está intimamente conectado com essa história e muitas outras histórias de lutas e resistência; que o rio Salitre, inter cruzado com outros eventos ocorridos no seu leito e em seu entorno, se constitui como símbolo de resistência do povo salitreiro. Pontos de paisagens como a capela dos índios ou o cemitério dos caboclos localizados em comunidades do Baixo Salitres correspondem, na perspectiva aqui trabalhada, atos de memórias, relacionado ao engajamento e à circulação em um ambiente impregnado de passado. (BAILÃO, 2016; INGOLD, 2000) Moradora da comunidade de Recanto, Dona Beta conta que, quando menina, via a capelinha dos índios sempre que acompanhava os enterros de pessoas do lugar. Narrando suas vivências e peregrinações pelos caminhos do Salitre, Dona Beta descreve com riqueza de detalhes cada ponto de paisagem que desponta em suas lembranças. É a partir do mundo narrado por Dona Beta que observo lugares como a capela e o cemitério dos índios, por ela localizados em Boca da Mata, nas proximida-

des de Sobradinho. Faz-se necessário aqui recordar que autores acima evocados estudaram as populações indígenas que habitaram as vizinhanças do rio Salitre localizando-as, quase sempre, “perto da confluência do Salitre”, “logo abaixo da confluência do tributário Salitre”, “no trecho inferior do tributário Salitre”; “perto do rio Salitre”, “nas alturas do rio Salitre”; “proximidades da embocadura do Salitre”. (PINTO, 1956; HOHENTHAL, 1960; PIERSON, 1972; NANTES, 1979; LINDOSO, 2005) O povoado de Boca da Barra onde *ficava* (restam apenas ruínas, segundo a própria dona Beta) a capela e o cemitério dos índios, conforme nos fala as memórias de Dona Beta, está localizado exatamente onde o São Francisco conflui com o tributário Salitre. Suponho, então, que cemitério e capela dos índios são pontos importantes das memórias, paisagens e histórias do lugar, e que nos leva a considerar que Dona Beta, assim como os pesquisadores aos quais recorreremos, falam dos mesmos índios e dos mesmos lugares por eles habitados e onde foram violentamente massacrados, em uma prática hoje configura o que se compreende como etnocídio e genocídio.¹⁰

Ressalto, mesmo parecendo evidente, que esses eventos não serão recordados exclusivamente a partir de uma bibliografia histórica, mas a partir das vivências e memórias dos salitreiros. Partindo do Baixo (Juazeiro) até chegar no Alto Salitre (Campo Formoso),¹¹ onde o rio Salitre conflui com o tributário Pacuí, avista-se inúmeras paisagens que só serão compreendidas se ligadas às memórias dos salitreiros, pois cada paisagem é um lugar de memórias. O rio é um lugar de memórias e a vida do salitreiro está intimamente conectada com a vida e as memórias do rio. E assim, geração de seres que habitam ou o habitaram o rio vão se integrando a esse campo de memórias.

O movimento do rio e os modos de vidas dos salitreiros estão intimamente conectados com os ciclos ecológicos e atmosféricos que caracterizam o semi-árido baiano. Da conexão entre rio, salitreiros, ciclos ecológicos e atmosféricos

¹⁰ Em março de 2020, dias antes de a Organização Mundial da Saúde declarar a pandemia do novo Coronavírus e obrigar os países membros da ONU a tomarem atitudes preventivas, encontrava-me em Juazeiro/Salitre fazendo campo em arquivos e comunidades do Alto Salitre. Na pauta de pesquisa constam duas visitas, uma à comunidade de Sabiá, outra ao povoado de Boca da Barra. O objetivo era conhecer e explorar o que dona Beta chamou de capela e cemitério dos índios. Por conta da pandemia, tive que retornar do campo deixando a visita para o pós-pandemia. Observe, portanto, essas paisagens a partir das lembranças de infância de Dona Beta.

¹¹ Para efeitos da gestão estatal e localização dos municípios integrantes ad Bacia Hidrográfica do Salitre, as instituições estatais utilizam a seguinte divisão: Alto (Morro do Chapéu, Ourolândia, Umburanas, Várzea Nova, dentre outros municípios e comunidades), Médio (Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, dentre outros) e Baixo Salitre (Campo Formoso e Juazeiro). O Baixo Salitre, para efeito da gestão desse trecho da BHS, também foi dividido em três subáreas: Baixo (contempla só Juazeiro), Médio (envolve comunidades de Juazeiro e Campo Formoso) e Alto Salitre (contempla só Campo Formoso). Na subdivisão que envolve os municípios de Juazeiro e Campo Formoso, o Baixo e Médio Salitre são, atualmente, as áreas mais afetadas pela falta de água e uso intensivo de bombas hidráulicas para irrigação de grandes lavouras concentradas no Alto Salitre, trecho pertencente à Campo Formoso.

desponta um fenômeno que caracteriza um modo salitreiro muito particular de habitar as margens do rio Salitre. Trata-se do deslocamento temporário, tanto humana como animal, durante a estação seca para onde há água e alimento para os animais de criação. Denomina-se transumância esse movimento sazonal. Os ciclos ecológicos e atmosféricos da região estão estreitamente conectados com os modos de viver e habitar dos salitreiros. Muitos salitreiros, principalmente os que vivem exclusivamente da agricultura familiar e do fundo de pasto, mantêm a tradição de construir casas e abrir roças em diferentes pontos do Vale, ou mesmo em localidades mais distantes. A tradição transumante, ainda muito praticada no Baixo e Médio Salitre, liga uma imensa variedade de paisagens que se formam longo das margens do rio ou em área que dispõem de lagos e açudes. São lugares de memórias, contam-nos histórias também extraordinariamente variadas. Historicamente a transumância humana e animal ocorre na região devido à alternância de recursos hídricos disponíveis na estação seca.

A PESQUISA

A pesquisa foi oficialmente iniciada em 2018, quando ingressei no curso de doutorado do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO). No entanto, desde 2014 visitava o Vale do Rio Salitre pelos duas vezes por ano. Caminhando de uma comunidade para outras, ouvia e anotava as coisas que me contavam os salitreiros, com os quais, na sua maioria, tenho relações de parentesco. Falavam-me sobre os rios e os conflitos entre agricultores familiares e os grandes produtores; saudosos, falavam do tempo dos engenhos e dos canaviais que enverdeciam o leito do rio; do cemitério dos índios *caboclos* no Baixo Salitre; do dia que as moto-bombas invadiram o rio; das secas, conflitos e mortes; da luta e resistência cotidiana para continuarem existindo no Vale. Tomava nota de tudo que via e ouvia. Dessas inserções ao campo e a partir de meu espanto com o conjunto de fatos narrados, ouvidos e observados, desponta meu interesse em desenvolver um projeto de pesquisa que abarcasse esse complexo e movimentado mundo salitreiro.

Projeto elaborado e aprovado, deu-se início à pesquisa. Com o apoio do Pós-Afro e com bolsa de pesquisa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia/FAPESB, pude caminhar muito além das comunidades habitadas por pessoas com as quais tenho parentesco. Logo nas primeiras inserções nas comunidades fora do meu círculo familiar, avistei lugares, paisagens e caminhos que ainda não haviam sido por mim percebidos. O campo se apresentava aos meus olhos e sentidos, abrindo minha imaginação de etnógrafo. Foto-

grafava, gravava as audições, fazia anotações em meu caderno de campo, fazia perguntas. Na comunidade de Tapera, localizada no Baixo Salitre, fiz minha primeira inserção oficial ao campo. Logo nas primeiras conversas percebi que a noção de mundo narrado pelos salitreiros e salitreiras tem a água e o rio como elementos norteadores das suas memórias e lembranças. A água que ainda corre em alguns trechos do rio Salitre¹² é compartilhada entre os habitantes de suas margens, conectando, assim, comunidades, lugares, paisagens, animais, povoados e pessoas, movimentando-se em diferentes domínios da vida social salitreira, oferecendo, assim, um campo etnográfico particularmente rico. (ORLOVE; CATON, 2010)

O CAMPO

Com a expansão da agricultura irrigada, motivada pela implementação do Projeto Salitre,¹³ sucedeu-se, também, a expansão da ocupação das terras que margeiam o rio Salitre. Apoiados nos incentivos e garantias historicamente dados pelo Estado, grandes produtores chegam à região no início da década de 1970 com o propósito de ali desenvolver a “*forma capital-intensiva de produção agrícola*”. (HARVEY, 2005 4, p. 123) Hoje, depois de mais de cinco décadas e várias etapas de implementação do Projeto Salitre de Irrigação, o que se constata é que essa forma de produção agrícola provocou mudanças nada positivas nos modos de produção e de vida das populações de agricultores familiares que habitam o Vale. Esses agricultores, que se distinguem dos grandes produtores se autoidentificando como salitreiros, passaram por um processo violento de mercadificação de sua mão de obra e dos seus recursos ambientais (água e terra). Os grandes produtores foram, inicialmente, chamados genericamente pelos salitreiros de “japoneses”, visto que foram os empreendedores asiáticos os primeiros a chegarem na região. Produziam para atender, quase que exclusivamente, o mercado externo. A produção de cebola, melão e outras culturas frutíferas, por

12 Principalmente na região do Médio Salitre, o rio apresenta fluxo descontínuo com alternância de trechos seco.

13 O Grande Projeto Salitre de Irrigação teve sua primeira versão produzida em 1966 pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. O projeto inicial previa um estudo sistemático da região para o aproveitamento agrícola e implantação de técnicas de irrigação. O estudo reconheceu o potencial da Vale submédio São Francisco, que integra o rio Salitre, para irrigação. Em 1975, o Projeto Salitre foi contemplado em um Plano Diretor elaborado pelo consórcio Adela-Twing para a Sadeval. Em 1989, o consórcio JP–Encho–Tahal conclui o estudo de pré-viabilidade do projeto Salitre, elaborado para a CODEVASF. Em 2007, as obras do Projeto Salitre foram incluídas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal. Em 2014 agricultores familiares do Vale do Rio Salitre denunciaram, em carta aberta à sociedade, o descaso do governo e da CODEVASF em relação às comunidades que foram diretamente atingidas com a implementação da agricultura irrigada na região. (SOUSA, 2013, p.104)

exemplo, obedecia às exigências do comércio externo. Com o Grande Projeto Salitre de Irrigação, o Vale foi inserido em um perverso processo de espoliação de suas terras e de suas águas. Com pouca ou quase nenhuma vantagem para a economia interna, predominava-se os interesses do mercado externo. Nascido no berço do regime civil/militar, o Projeto Salitre sempre esteve sob os olhos e as mãos do capital estrangeiro. O primeiro consórcio responsável pela implementação e desenvolvimento do Projeto Salitre foi o israelense Tahal. Em seguida vieram, animados pelo Banco Mundial, países como Hungria e Rússia. Durante o governo Civil Militar, o capital estrangeiro exercia forte influência no desenvolvimento da agropecuária e das atividades agrícolas. Para atrair o capital estrangeiro o Estado assegurava aos empreendedores “toda espécie de incentivos, particularmente com as garantias oferecidas pela Lei de Garantias e Investimentos”. (VINHAS, 1968, p. 22) A partir da década de 1980, quando a utilização de bombas hidráulicas (motobombas) para irrigação é intensificada, o Vale sofre uma escalada de destruição dos seus recursos hídricos. Surgem os primeiros conflitos hídricos entre produtores e salitreiros.

AS TAPAGENS: FATORES DE INTEGRAÇÃO E CONFLITOS ENTRE AS COMUNIDADES

Na década de 1980 as comunidades do Baixo Salitre sofrem os primeiros efeitos da introdução da agricultura irrigada e da forma capital-intensiva de produção agrícola. O rio não resiste à força das bombas hidráulicas utilizadas pelos grandes produtores de melão, tomate e cebola. O uso abusivo da água negligenciava as limitações hídricas do rio, colocando a região em situação de vulnerabilidade. Além disso, o uso de agrotóxico na produção não considerava a baixa capacidade de diluição de efluentes em seus cursos d'água. Tudo isso favorecia à emergência de conflitos entre produtores e agricultores/salitreiros. Os conflitos exacerbam-se no início da década de 1980 devido aos barramentos que retinham a pouca água do rio e à grande quantidade de bombas elétricas (motobombas) de propriedade dos grandes produtores utilizadas na sucção da água retida para a irrigação. A solução encontrada pelos salitreiros foi, além da demolição dos barramentos, desligar as conexões dos postes de transmissão da rede elétrica. (REIS, 1986, p. 126) Essas ações foram se intensificando ao longo das últimas décadas, realçando seu caráter econômico e político e se configurando como conflito de caráter socioambientais. (ROSSI; SANTOS, 2018)

Antigamente a tapagem era uma prática comum no modo de produção dos salitreiros e sua construção obedecia a um acordo previamente estabelecido. Portanto, essa engenharia integrava o modo de produção local, fundamentado na agricultura de natureza familiar. Esse tipo de agricultura, frequentemente associado ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terra, água, pastos) e aos fatores de produção -- sementes, trabalho, saber fazer... -- (SABOURIN, 2009, p. 23) ainda hoje é um traço característico de distinção entre a agricultura salitreira e a agricultura empresarial, que monopoliza, explora e destrói a terra, o rio e todo o ecossistema que os envolve. As tapagens feitas, assim como a limpeza do rio, obedeciam a um sistema organizado de ordem ética e moral concebido pelos habitantes das comunidades do Vale. Integrava, portanto, o que aqui podemos chamar de “sistema de ordem moral salitreira”. Esse sistema é equivalente ao que K. Woortmann (1988) chamou de “ética camponesa”.

Antes da agricultura irrigada, existia uma lei salitreira que definia o dia de retenção e uso da água do rio em cada comunidade. Essa lei foi criada por conta das muitas confusões que ocorriam entre os salitreiros durante o período de “plantio da troca da cana”. Esse nome, *plantio da troca da cana*, definia a temporada na qual os salitreiros cultivavam suas pequenas plantações, logo depois da estação de chuva, período em que os canaviais que cobriam as vazantes do rio cresciam. (REIS, 1986, p. 39) Para fazer a molhação da pequena agricultura usava-se latas para transportar a água extraída do rio. As roças eram, até as décadas de 1990, abertas nas vazantes, ou seja, no decurso de baixa no nível das águas do rio. Outra forma de fazer a molhação era construindo pequenos obstáculos para represar a água. Essas represas eram chamadas de tapagens pelos salitreiros. Ana Maria Bianchi dos Reis (1986, p. 39) descreveu as tapagens como uma “espécie de barragem rústica feita de pau e barro, que levantando o nível da água, inundava a área irrigando os roçados”. Como o Vale é constituído de várias comunidades, era de se esperar que muitos agricultores resolvessem levantar suas barragens simultaneamente, sem um acordo prévio, o que terminava gerando algumas “confusões”. Foi criada, então, a lei que regulava os dias de tapagens e conseqüente represamento da água nas comunidades vizinhas. O período de represamento era rigorosamente obedecido. Se a licença fosse liberada para represar a água pela manhã, meio-dia ela deveria ser liberada. Uma das regras era, depois de liberada, deixar a água fluir até o Rio São Francisco, do qual é tributário o rio Salitre. Mas alguns agricultores “não se contentavam e furavam a tapagem do vizinho”. (REIS, 1986, p.39)

RIO DE CONFLITOS

O rio é, nesse contexto, elemento indissociável das vidas que habitam o Vale. As paisagens que o margeiam estão intimamente ligadas às memórias de seus habitantes. Cada ponto dessas paisagens nos conta histórias que convergem com os ciclos ecológicos, políticos e econômicos da região. Nas casas, siglas e números de partidos políticos estampam portas e paredes; nas estradas avista-se pequenas capelas simbolizando que ali um salitreiro fora sepultado; no meio da catinga imensas fazendas destoam-se das roças e casas simples habitadas pelos agricultores; onde antes ficavam instaladas fazendas produtoras de manga e melão, avista-se povoados abandonados, com casas, roças e chiqueiros vazios; a montante, grandes plantações de cebola, tomate e pimentão pintam o chão de branco, verde e vermelho; a jusante, tapagens/barramentos impedindo o fluxo do rio; surge, então, os conflitos.

Certa vez, andando pelo leito seco do rio na companhia de um salitreiro da comunidade de Baixinha, percebi o quanto aquelas paisagens estavam intimamente ligadas às memórias de seus habitantes. Toda vez que aquele experiente agricultor parava e olhava para uma colina, uma cerca, uma ponte ou uma roça abandonada, parecia conversar com cada uma daquelas paisagens, como se elas contassem eventos e histórias que por ali passaram.

As paisagens que se formam no entorno de um lugar mudam conforme um conjunto de fatores, sejam eles naturais, políticos, econômicos ou culturais. No Vale, dependendo das condições climáticas e das políticas econômicas impostas pelo Estado aos seus habitantes, paisagens diferentes podem ser vistas ao longo das três subáreas do rio. Com a intensificação da agricultura irrigada e a conseqüente migração de grandes produtores para a região, novas paisagens se formaram. A construção de tapagens/barramentos talvez seja um dos fatores mais perturbadores na constituição dessas novas paisagens. Vimos que antigamente a construção de tapagem ou barramento no curso d'água era uma prática comum entre as comunidades, integrando o que era denominado "lei salitreira". Até a década de 1980 a tapagem expressava uma das muitas formas de resistência estrategicamente adotadas pelos agricultores para continuarem existindo em um ambiente caracterizado por ciclos ecológicos de poucas chuvas em boa parte do ano. Os mutirões que se formavam para limpar o rio e para construir as tapagens, que duravam o tempo necessário para a molhação das pequenas roças, expressavam a moral e a capacidade dos salitreiros para enfrentar as dificuldades naturais e antrópicas do lugar. Atualmente são os grandes produtores que, instalados no Alto Salitre, constroem grandes tapagens/barramentos

represando a água do rio para utilizá-la na irrigação das lavouras, deixando as comunidades do Médio e Baixo Salitre sem acesso ao recurso. À vista disso, moradores dessas comunidades têm lutado para manter o fluxo do rio que, desde o início da década de 1980, sofre com os longos períodos de estiagem e com a ação agressiva da forma capital-intensiva de produção agrícola sobre na região.

Nas lembranças dos salitreiros, compartilhadas entre parentes e as comunidades, estão as histórias dos primeiros conflitos insurgidos na década de 1980, no Baixo Salitre (Juazeiro). As histórias que envolvem os conflitos por água no Vale são, sobretudo, histórias de continuidade. A seguir, descrevo uma ação de derrubado de barramentos (ou tapagens) executada por agricultores do Médio Salitre (trecho que integra o município de Campo Formoso). Com a atual concentração de grandes lavouras no Alto Salitre, intensificou-se uso sem controle das águas do rio Pacuí, tributário do Salitre. Com isso, os agricultores familiares que habitam o Médio e Baixo Salitre ficam sem acesso à água, visto que o tributário Pacuí, com suas águas retidas pelos produtores do Alto, não abastece o Salitre. Ademais, os empresários do agronegócio que exploram o curso do Médio Salitre (Campo formoso/Juazeiro) também fazem seus barramentos, impedido que o fluxo d'água chegue aos pequenos produtores. Portanto, o problema gerador do conflito e conseqüente ação dos agricultores encontra-se no Alto Salitre, a retenção da água por empresários de grades lavouras. O problema desce e se intensifica conforme produtores a jusante (Médio e Baixo Salitre) vão, também, retendo a água já escassa, deixando os pequenos agricultores desprovidos do recurso. Os conflitos que surgem ao longo do rio Salitre são, salienta Rossi e Santos (2018), históricos e estão, portanto, intimamente relacionados à apropriação particular da água que, aprisionada em barramentos, diminuindo ou impede o acesso em pontos ao longo dos rios. (MALVEZZI, 2015; ROSSI; SANTOS, 2018) Para compreender esses conflitos faz-se necessário tomá-los “na sua inteireza e complexidade a partir da explicitação do caráter político dos conflitos socioambientais”. (ROSSI; SANTOS, 2018, p.164).

CAMINHANDO POR DENTRO DO RIO

Em 2018, depois de participar de uma reunião entre produtores e agricultores na comunidade de Bebedouro, fronteira entre o Médio e Baixo Salitre, caminhei com cerca de vinte salitreiros pelo leito do rio. Foi uma experiência diferente daquela anteriormente narrada. Se naquela caminhei pelo leito do rio sem água e na companhia de um agricultor, nessa o rio estava em pleno fluxo e com alguns pontos de retenção devidos às muitas tapagens/barramen-

tos construídos no interior das terras cultivadas. Caminhavam comigo cerca de vinte homens que tinham como missão derrubar as tapagens/barramentos que impediam que a água chegasse às suas comunidades, localizadas no Médio e Baixo Salitre.

Partimos de um trecho do rio localizado na comunidade de Bebedouro. Nessa região o chão apresenta um relevo que varia entre o suavemente ondulado a ondulado. Onde o chão é suavemente ondulado formam-se pequenos lagos, onde os salitreiros costumam praticar atividades de lazer, banham-se, lavam roupas e os utensílios domésticos. Devido a essa caracterização geológica, forma-se no rio uma rede de drenagem de fluxo intenso e intermitente, condicionado ao período chuvoso.

Seguimos a caminhada rumo ao leito do rio. Descemos um estreito caminho circunvalado por rebordos erosivos, solo arenoso, pedregoso e extremamente derrapante. Depois de algumas quedas sobre as pedras do estreito caminho, chegamos ao rio. O relevo desse trecho do rio é um dos mais acidentados do Vale. Essa característica torna baixa a retenção da água e dificulta a fertilização do solo. Mesmo assim avista-se algumas pequenas roças na beira do rio. Essas pequenas roças pertencem aos agricultores que moram nas comunidades que margeiam aquele trecho do rio. Nas áreas mais planas, onde fica a estrada que liga os municípios de Juazeiro (a jusante) e Campo Formoso (a montante), também ficam as casas dos agricultores. Nessa área também estão concentradas as plantações de cebola, tomate e pimentão dos grandes produtores. Utilizando bombas hidráulicas ligadas vinte e quatro horas na irrigação de grandes extensões de terras cultivadas, os empresários da forma capital-intensiva de produção agrícola deixam as comunidades a jusante sem acesso a água durante a maior parte dos dias da semana. Para manter as bombas ligadas por longos períodos os produtores, além de construir pequenos açudes nas áreas cultivadas, constroem uma série de barramentos que aprisionam a água do rio, impedindo seu fluxo.

Na reunião que antecedeu a nossa caminhada pelo rio ficou acordado que as conexões dos postes de transmissão da rede elétrica não seriam derrubadas, visto que atualmente muitas famílias dependem exclusivamente desse recurso. Mas não descartaram a possibilidade, visto que, sem energia elétrica os grandes produtores ficam impossibilitados de ligar as motobombas. Ficou decidido também que parte dos homens ali reunido desceria o rio naquela manhã e outra parte desceria a noite. Acompanhei a primeira turma de agricultores que desceu o rio após terminada a reunião, pela manhã.

O distanciamento entre os *barramentos* depende muito da topografia local e da distância entre uma roça e outra. Logo que começamos a caminhar pelo interior das roças beirando o rio constatei que os agricultores nativos também praticam a retenção da água para molhação de suas plantações. Mas o alvo daquela ação era as tapagens dos grandes produtores, que causam muitos inconvenientes às comunidades, prejudicando ou mesmo impedindo que os agricultores salitreiros cultivem suas terras e dessedente seus animais.

Encontramos o primeiro *barramento em uma pequena roça* na comunidade de Bebedouro. Construído com sacos de areia e troncos de madeira extraídos da mata ciliar, o barramento não era muito grande, mas impedia o fluxo natural da água na calha do rio, comprometendo o acesso de boa parte das comunidades a jusante. Durante a ação de desmantelamento de uma tapagem fomos surpreendidos pelo dono da roça que, muito nervoso e se identificando como salitreiro, ameaçou reagir com tiro. Tratava-se de um agricultor conhecido daqueles homens que, animados com a ingestão de aguardente, não levaram a sério a ameaça proferida. É comum encontrar nas roças dos agricultores familiares pequenas tapagens. Contudo, como é recorrente esse tipo de intervenção no curso do rio também por parte dos pequenos agricultores, uma proposta sempre é apresentada nas reuniões: que seja implementada uma tabela de uso da água e que os barramentos sejam controlados por uma comissão gestora composta por representantes das comunidades e dos grandes produtores. Segundo uma das lideranças da comunidade de Baixinha que integrava o grupo de homens que desobstruía o curso do rio naquela manhã de novembro, o que dificulta a resolução dos conflitos por água na região é a ausência de uma gestão e controle dos barramentos e da utilização de motobombas. Sempre que termina uma reunião uma nova tabela é elaborada, mas sem uma comissão gestora que fiscalize o cumprimento da tabela de uso da água, o uso da água pelas comunidades a jusante fica comprometido, ressalta o agricultor.

Dei sequência a essa conversa indagando-o sobre os motivos que justificasse derrubada os barramentos naquele trecho do rio, já que os grandes represamentos de água estão, segundo os próprios salitreiros, localizados no Alto Salitre, mais precisamente na comunidade de Pacuí. Nesta comunidade, segundo dados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre (INEMA, 2017), encontram-se dois grandes barramentos em afluentes do rio Salitre, onde tem destaque o fluxo perene do rio Pacuí. Com garantia para a prática da irrigação, atualmente é nessa região que estão concentradas grandes extensões de terras cultivadas. O agricultor não alongou a conversa, dizendo apenas que lá é perigoso.

Seguimos rio adentro e logo nos deparamos com uma sucessão de pequenos barramentos. Todos foram desmantelados. À medida que avançávamos na retirada das tapagens, o nível de água subia e o leito do rio alargava com o volume d'água cobrindo a vegetação ressequida de suas beiradas. Depois de uma longa caminhada pelo leito do rio, já vencido pelo cansaço e temendo cobras e outros animais que habitam o interior do rio e suas margens, resolvi aguardar o grupo na Gruta do Sumidouro. Depois de quase duas horas descansando nas sombras dessa imensa e húmida gruta, percebi que a água do rio estava barrenta e agitada. Eu, então, sugeri ao agricultor que havia me concedido carona na sua caminhonete até a gruta para irmos ao encontro do grupo de homens que parecia estar bem perto.

A gruta tem o chão decorado por enormes estalagmites e o teto ornado por vistosas estalactites que nos lembra grandes esculturas de cristais. Seguimos ao encontro do grupo e logo e a ele nos juntamos. Os homens estavam cansados e apresentavam leves ferimentos em parte dos seus corpos. O bioma regional que predomina nessa área do Vale do Rio Salitre é de vegetação do tipo Caatinga, que se encontra tanto nas margens como no interior do rio. Espinhosa e agreste, a vegetação talvez tenha sido o maior obstáculo encontrado pelos agricultores que desceram rio a baixo. Além da vegetação, abelhas e outros insetos também deixaram suas marcas nos corpos daqueles homens. Quando retornei à comunidade de Baixinha em janeiro de 2019, contaram-me que dois agricultores haviam sido atacados por um enxame e que, por pouco, não morreram afogados. Mesmo mergulhando e ficando submersos por alguns tempos, disseram-me, os homens não conseguiam dispersar as abelhas. Por sorte, foram socorridos por agricultores que também participavam daquele mutirão que desobstruía o curso do rio.

Por volta das quatorze horas chegamos às terras de um produtor descrito pelos salitreiros como de médio porte. Como nesse trecho o rio fica em um vale rochoso e profundo, o produtor represou a água canalizando-a até às suas terras onde cultivava cebola, tomate e pimentão, na parte alta e plana do Vale. É interessante observar que a geografia física do Vale faz com que o rio Salitre apresente diferentes comportamento hidrológico ao longo do seu curso. Como neste ponto o rio fica dentro de um grande vale, observa-se uma grande retenção de água. No entanto, devido à redução de sua mata ciliar, assoreamento de seus corpos hídricos e a formação de rebordos erosivos, o curso do rio foi sendo soterrado e suas águas espalhadas, ganhado em alguns pontos de suas paisagens formas de lagos e imensos pântanos. A taboa (*Typha Domingensis*), considerada pelos salitreiros como planta daninha, invade esses lagos cobrindo-os de verde

e equilibrando o fluxo d'água. Com essas características físicas e antrópicas, o produtor construiu um barramento que acumulava naquela ocasião um nível expressivo de água.

Considerado o maior barramento encontrado na caminhada daquele dia, também foi considerado o de mais difícil acesso e de maior dificuldade para ser desmantelado. Os salitreiros engajados naquela missão encontraram de tudo na construção da parede que impedia o curso livre do rio. Era um amontoado grosseiro de trocos, pedras, lona, tampa de caixa d'água (dessas que comumente usamos para reservar água em nossas casas), flandres. Os homens celebravam cada objeto retirado, alguns até levaram esses objetos para casa como símbolo de luta e resistência. Não demorou e a água começou a escoar pelo vale tortuoso e coberto de taboa. Pelos menos até que os produtores reconstruíssem os barramentos, os salitreiros que habitam as comunidades a jusante poderiam dessedentar seus animais e suas lavouras.

UM POVO TRANSUMANDO

Falei das tapagens e das relações estabelecidas entre os salitreiros e suas comunidades identificando-as como uma das características que compunham a ética e a moral camponesa do Vale do Rio Salitre de antanho. Vimos que os lugares habitados às margens do rio são designados de comunidades. Na minha pesquisa espousei-me dessa mesma designação, visto que ela evidencia a cumplicidade das relações estabelecidas pelos salitreiros com os lugares e seus habitantes. Cada comunidade salitreira se apresenta como um lugar de memórias carregado de noções de parentesco, religiosidade e compartilha de recursos. (SABOURIN, 2009; FICHTER, 1967) Seguindo o entendimento de Fichter, e conforme o uso que Sabourin faz dessa categoria em seus estudos sobre o campesinato brasileiro, considero, levando-se em conta as particularidades das relações sociais observadas entre os salitreiros, a comunidade como *um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer suas necessidades*. (SABOURIN, 2009, p. 48) A água é, no caso das comunidades salitreiras, esse recurso comum de uso comum.

Durante o período de estiagem é comum o deslocamento de salitreiros para a região alta do rio, onde a água resiste à seca por mais tempo devido ao escoamento perene decorrente de águas do rio Pacuí, tributário do Salitre. Esse deslocamento não é somente de humanos, os animais de criação (ovinocultura e caprinocultura) também são deslocados conforme as condições ecológicas da

região. Portanto, em função de fatores fenológicos e ritmos climáticos, muitos salitreiros deslocam-se de uma comunidade para outra.

Desse modo, a dinâmica social de algumas famílias, ou de um de seus membros, principalmente as assentadas no Médio e Baixo Salitre, segue o movimento das duas principais estações do ano: a das chuvas e a da seca. Ou seja, a dinâmica social dos camponeses do Vale do Rio Salitre está estreitamente relacionada ao ciclo de alterações ecológicas registradas duas vezes no decorrer do ano. Ao longo desse ciclo ocorre, portanto, um movimento de subida e descida das famílias, ou de parte de seus membros, normalmente margeando o leito do rio. Alguns agricultores dispõem de moradias assentadas nos povoados mais próximos ao rio, ou parentes que os acolhem no período de estiagem. É importante observar que em alguns casos as famílias, ou parte de seus integrantes, migram para as cidades vizinhas, principalmente para Juazeiro, Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

O clima predominante no Vale é o árido, com temperatura elevada, reduzida variação sazonal e estações chuvosa (concentrada de novembro a março) e seca bem definidas. Com essas alternâncias nos ciclos hidrológicos, a escassez de pontos de água durante os meses de pouca ou nenhuma precipitação, obriga os habitantes a recorrer a práticas de transumância, fenômeno gerador de lugares e paisagens que se espalham pelo Vale.

Definida como movimento alternativo e periódico que envolve rebanhos e seus pastores entre duas regiões diferentes, Roberto Fossier (2018, p. 145) sugere que, muito provavelmente, a transumância foi praticada desde a alta Antiguidade, visto que a Bíblia já a evoca. Recorrente nos países subtropicais ou mediterrâneo, os animais eram levados durante a estação seca para onde houvesse ervas frescas. (FOSSIER, 2018, p. 145) A transumância foi uma técnica de pastoreio habitual em toda a Europa mediterrânica e, especialmente, na Península Ibérica. (MORGADO, 2013, p. 2) João de Pina-Cabral (2007, p. 201) classificou os Nuer, confederação de povos localizadas no sul do Sudão e no oeste da Etiópia, classicamente estudados por Evans-Pritchard, de *povo transumante* devido aos movimentos alternativos e periódicos que este povo fazia nas terras onde habitavam. O Vale do Rio Salitre também é habitado por um povo transumante.

A CONECTIVIDADE DA ÁGUA

Vimos que até o final da década de 1970 a água do rio era compartilhada entre os salitreiros para cultivar as pequenas lavouras, pescar, dessedentar animais e abastecer os potes das cozinhas, lavar roupas e utensílios da casa, banhar-

-se. Do rio também se extraía o junco (planta que cresce nos lagos de lama que se formam na beira do rio) para a confecção de cestos e bocapiús (usados para carregar compras da feira e transportar *coisas* da roça). Com a gramínea fazia-se, também, esteiras que, reclinadas sobre o chão dos terreiros (espaço localizado na frente das casas e rodeado pela estrada e pelo monturo), ou nos quartos da casa, os agricultores descansavam depois de suas jornadas diárias de trabalho.

O que tenho testemunhado nas minhas caminhadas pelo campo é que, no Vale do Rio Salitre, a água continua sendo um recurso de articulação entre as comunidades e os múltiplos domínios de suas vidas sociais. Depois de testemunhar em 2018 o drama vivido pelos moradores das comunidades do Médio e Baixo Salitre devido ao represamento da água do rio, repensei o lugar da água na minha pesquisa. Cheguei à conclusão de que a água não pode ser encapsulada no domínio da agricultura, esquecendo as suas relações com outros domínios da vida social. Na sua totalidade, a água extraída do rio é usada em muitas outras esferas além da agricultura e para muitos outros propósitos além da irrigação. Orlove e Caton (2010, p. 402) defendem a tese de que a água é um fato social total, uma vez que ela circula por praticamente todos os domínios da vida social, rural e urbana. p. Para definir e melhor compreender os múltiplos domínios sociais da água Orlove e Caton (2010) propõem que seja usado o termo “*conectividade*”. A água, sustentam os autores, conecta diferentes domínios da vida de tal forma que a água usada em um afetará a água usada em outros.

Quanto à totalidade desses múltiplos domínios e possíveis conexões que a água possa estabelecer em comunidade e pessoas em uma dada sociedade, os autores sugerem o termo *waterworld* (que numa tradução livre seria *mundo da água*). Como vimos, as tapagens que represam a água do rio Salitre não afeta exclusivamente as atividades agrícolas dos salitreiros, mas toda sua vida social. Os conflitos que despontam a partir do represamento da água feito pelos grandes produtores afetam a totalidade das vidas que habitam o Vale, provocando, inclusive, o adoecimento de animais e de humanos. Lembremos aqui que as tapagens tinham, antes da chegada da forma capital-intensiva de produção agrícola, um efeito integrador entre as comunidades e seus moradores. Vimos, também, que uma lei, ou sistema de regras, regulava as construções das tapagens, que eram temporárias e determinava a periodicidade de uso da água para molhagem das lavouras. Pouco antes descrevi um conflito hídrico que testemunhei em 2018 envolvendo grandes produtores e pequenos agricultores. Neste evento conflituoso pude perceber o significado da conectividade da água nos diferentes domínios da vida social daquele povo. Essa conectividade, infere Orlove (1993,

2010), *significa que a água pode marcar os limites de grupos e comunidades, definidos pelo envolvimento compartilhado com a água.*

Os lugares habitados no Vale são denominados povoados ou comunidades. Do ponto de vista salitreiro, a distinção dos lugares é muito simples. Indagado, certa vez um agricultor da comunidade de Baixinha me disse: “um é grande, o outro é pequeno”. As comunidades são grandes, tem mais habitantes, são mais animadas socialmente. Os povoados são lugares menores, muitas vezes até já teve muitos moradores e muita animação social, mas foram abandonados por conta de conflitos, secas muito longas ou quaisquer outros motivos relacionados às questões ambientais da região. Fica claro, no entanto, que não se pode definir e compreender os dois topônimos como simples aglomerados de pessoas, coisas e materiais. Tanto um como outro caracteriza-se por apresentar uma extraordinária multiplicidade de trajetórias e histórias de vidas. Podemos ver essas características mesmo nos povoados já desabitados. Certa vez viajei de Juazeiro até a comunidade de Baixinha na cabine de um caminhão que transportava cebolas e tomates do campo de produção para o Mercado do Consumidos, que fica no centro da cidade. Favorecido pela altura do caminhão, desfrutei de uma vista panorâmica do Vale. Deslocando-se de Juazeiro, passamos pelas comunidades de Junco, Pau Preto, Goiabeira, Volta da Dona, Passagem do Sargento, Curral Velho, Fazenda Moca, Abreus e Baixinha e por muitos povoados. Entre uma comunidade e outra, avistava-se um povoado, ora com pouco, ora com nenhum habitante. No entanto, para cada um desses lugares o motorista do caminhão, um agricultor da comunidade de Baixinha, tinha um interminável acervo de histórias para contar sobre as casas abandonadas, seus antigos habitantes, a caatinga etc. Por onde o caminhão passava uma multiplicidade de trajetórias era revelada, tanto pelas paisagens avistadas como pelas memórias de meu interlocutor. A cada trecho da estrada um conjunto de relações que aos poucos me fazia entender o sentido da vida em um lugar tão aparentemente hostil.

O RIO É A ESTRADA DA VIDA...

O rio é a estrada da vida. Essa declaração poética de um agricultor de longa idade, habitante de uma comunidade do Médio Salitre, nos diz muito sobre a importância do rio na dinâmica da vida social do Vale. O chão, sobre o qual estão assentadas as habitações dos salitreiros, e no qual a vida de movimento, corre um rio que depende da chuva para manter seu fluxo ao longo de cada ano, cada estação. Localizado no Semiárido Nordeste, uma das áreas com me-

nor índice de chuvas do estado da Bahia, o Vale do Rio Salitre é muito sensível do ponto de vista da disponibilidade e oferta de água, conforme alerta o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre (INEMA, 2017). As médias pluviométricas anuais são baixas e concentradas entre os meses de novembro a março. Com os índices de precipitação total anual variando de 300 a 600 mm. A seca, como vimos um pouco antes, é bem definida e fator de grades conflitos na região, principalmente no Baixo Salitre. As chuvas, sobretudo aquelas que caíam entre novembro e março, se estendiam até maio. Antigamente, com as precipitações vinham também as enchentes que obrigavam os ribeirinhos deslocarem-se para áreas mais altas do Vale. Uma agricultora relatou-me certa vez que até se estabelecer no povoado de Recanto, Baixo Salitre, onde mora com seu esposo, “andou foi muito por esse rio”. As enchentes aconteciam anualmente até início dos anos de 1980, lembra a agricultora. Em 1960, disse-me a agricultora: a minha família, temendo que acontecer uma enchente como as ocorridas nos anos anteriores, construiu uma casinha no alto do Bebedouro, pequeno povoado onde os animais dessedentavam-se, localizado na parte alta e longe do rio. Logo depois, com a chegada da seca, a família foi morar na beira do rio São Francisco. No Vale, os povoados e comunidades foram sendo formados desse modo, com os deslocamentos temporários dos salitreiros. Antigamente, além das enchentes nos períodos chuvosos, o longo período de seca forçava os deslocamentos dos salitreiros e seus rebanhos de um lugar para outro. Os deslocamentos eram normalmente para pontos onde havia água, a montante do rio no período de seca, a jusante no período de chuvas. Outrora, a ocupação da beira do rio ia até a foz, no rio São Francisco, trecho do rio que, antes da introdução da agricultura irrigada e do uso intensivo de motobombas, era perenizado. Com o desenvolvimento da forma capital-intensiva de produção agrícola esse trecho do rio também teve seu fluxo interrompido.

O clima na época da seca ainda hoje é favorável à pecuária devido às pastagens naturais que se formam durante o período chuvoso. Essas pastagens naturais alimentam os caprinos, ovinos e gado. Com o curso do rio interrompido pela seca, ou com o fluxo reduzido, os rebanhos são levados para os povoados que, normalmente, longe do rio, são ricos de pastos naturais e dispõem de pequenas reservas de água em lagos ou açudes construídos pelos próprios salitreiros. Daí a tradição dos salitreiros de se deslocarem sazonalmente, fazendo o que a Bíblia já evoca nos tempos antigos, a transumância humana e animal. Historicamente os povoados eram, como ainda hoje parecem ser, lugares de transumância. Cultivando ou arrebanhando a criação, os salitreiros ainda hoje sobem e descem o rio seguindo os ciclos hidrológicos sazonais do Vale.

Volto à viagem que fiz de caminhão, indo para a comunidade de Baixinha, para alimentar que do alto da cabine pude constatar que as comunidades estão alinhadas com o curso do rio, ficando os povoados, na sua maioria, um pouco mais distante. Os caminhos que foram sendo criados com os deslocamentos de humanos e animais durante a estação de seca para onde houvesse pastagens naturais ou para onde houvesse possibilidade de obtenção de água favoreceram à formação dos povoados que, em alguns casos, deram origem às comunidades. Margeando o rio ou cortando a caatinga, esses caminhos ainda hoje conectam os salitreiros e suas comunidades, muitas vezes formadas por pessoas de uma mesma família ou por pessoas que de tão conhecidas tornam-se *parentes de consideração* umas das outras.

A água, como bem disse o cauteloso agricultor salitreiro, é a estrada da vida. Com uma calma que lhe é peculiar, falava mirando nos olhos de um grupo de homens, aqueles com os caminhei por dentro do leito do rio para desmantelar as tapagens que impediam o fluxo de suas águas. Preocupado com a indignação que os homens manifestavam ter contra os grandes produtores por estarem represando a água do rio, disse o respeitável agricultor concluindo seu arrazoado: *o rio é vida, temos que cuidar da vida*. O agricultor tentava evitar conflitos como aqueles ocorridos no início dos de 1980, quando dois grandes produtores morrem ao afrontar os moradores do Baixo Salitre.

No início da década de 1980, conforme anteriormente sublinhado, a escassez hídrica acentua a desigualdade na distribuição da água e surgiram os primeiros barramentos. As tapagens ou barramento, como vimos, tradicionalmente praticadas em comum acordo entre os agricultores, conectavam as comunidades e mantinham um conjunto de relações de reciprocidade que orientavam a utilização da água, concebida como recurso de uso comum. Essa perspectiva de reciprocidade e solidariedade não foi absolutamente rompida com o avanço da forma capital-intensiva de produção agrícola, mas mudanças significativas aconteceram nos modos de vida e relações entre as comunidades. A água, no contexto até aqui descrito, não pode ser concebida exclusivamente como um fato biológico, como uma substância de natureza química cujas moléculas são constituídas por dois átomos, um de hidrogênio e outro de oxigênio. A água é estrada, a água é vida e ininterruptamente, mesmo com o rio seco, ela conecta comunidades e todas as vidas que habitam o Vale. Portanto, a água é fundamentalmente, social e total, abrange praticamente todos os domínios da vida social dos salitreiros. (MAUSS, 2003; ORLOVE; CATON, 2010) Concebendo a água nessa perspectiva podemos, portanto, identificar a existência de uma relação dinâmica e de interdependência entre as comunidades, seus habitantes e o ecossistema do Vale. No Salitre as comunidades não estão isoladas, estão conectadas pela água, e até mesmo pela sua falta.

DONA LEONICE: A ÁGUA, A LUTA E A RESISTÊNCIA SALITREIRA

O problema da água, intimamente relacionado com as características ambientais, físicas e antrópicas do Vale, afeta diretamente o funcionamento do ciclo hidrossocial nas comunidades, que mantêm a tradição de organizar suas atividades econômicas e vida social em função das estações chuvosa e seca, que são bem definidas em toda região. Quando conversamos com os salitreiros é difícil não perceber a centralidade e imediatismo dos períodos de chuva e seca nas suas memórias. Em Recanto, povoado pertencente à comunidade de Campos dos Cavalos, conversei algumas vezes com Dona Leonice sobre as atividades rotineiras dos salitreiros. Quando converso com ela sempre evito fazer muitas intervenções, deixando-a sempre à vontade para explorar suas memórias a partir do que ela própria considera substancial. Peço-lhe: Dona Leonice, fale-me sobre a questão da água na sua comunidade. E, como se lesse um romance, Dona Leonice descreve a vida da população salitreira do Baixo Salitre com a propriedade de quem, desde a década de 1980, luta pela equidade no acesso à água e pela recuperação e preservação do Rio Salitre. Não por acaso, é conhecida nas comunidades do Baixo Salitre como “Mães das Águas”. Com resiliência, conseguiu entre os anos de 1997 e 1998, depois de muita luta, como costuma ressaltar, a instalação de cisternas d’água em todas as casas da comunidade. Com as cisternas, os salitreiros deixaram de depender exclusivamente da água do rio Salitre, que devido às características físicas da região, sazonalidade climática e a exploração capital-intensiva de produção agrícola, foi perdendo seu fluxo. Os esforços de dona Leonice para garantir água em todas as casas revela um bem elaborado senso de dignidade e justiça muito comum entre os moradores das comunidades. Arguta e com humor singular para contar histórias, dona Leonice diz manter até hoje suas relações com a terra, com o rio e com a água. Parece, diz ela sorrindo e mostrando a pele do braço arrepiada, “que a água do Salitre corre na veia, como sangue... Por isso sempre luto pela água, sempre estou defendendo a água”, realça.

PROJETO SALITRE: HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA ADMINISTRADA E DESCASO PLANEJADO

O modelo de produção do *Projeto de Irrigação Salitre* não garantiu a permanência das famílias nas comunidades. Ao contrário dos discursos das instituições gestoras do Projeto Salitre, o processo de migração, principalmente de jovens, se intensificou. O uso excessivo da água e do solo, contaminados pela

aplicação abusiva de agrotóxico nas lavouras, adoeceu o povo de enfermidades ante muito raras nas comunidades, como câncer, arritmias cardíacas, lesões renais, alergias respiratórias, irritação de nariz, garganta e olhos. Trata-se de mais um contexto de descaso planejado (SCOTT, 2009) do Estado brasileiro. Com a implementação do Projeto Salitre, os agricultores familiares viram suas vidas cotidianas passarem por intensas e significativas transformações, sendo os prejuízos maiores do que os benefícios prometidos. Projetos dessa natureza, diz Scott (2009, p. 9), “criam um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos, por mais bem organizados e apoiados que esteja”. Para enfrentar esse cenário de prejuízos, os salitreiros se organizaram em frentes de resistência.

Em 2014, depois de realizado um encontro que reuniu trinta associações representantes das comunidades do Vale do Rio Salitre, uma Carta foi aberta à sociedade reivindicando, dentre outras coisas, a perenização total do rio Salitre. O Projeto Salitre sonhado por muitos anos como a redenção do povo salitreiros, causou muita decepção e indignação, denuncia a Carta. Esse sentimento de decepção e indignação que persiste é o que Perry Scott chama de período de *violência administrada*. Segundo Scott, esse é um período em que a desorganização e a morosidade do Estado e das instituições gestoras reinam. Caracteriza-se por predominar um conjunto de práticas que influencia diretamente a vida dos atingidos por projeto desenvolvimentista, revelando serias limitações à aplicabilidade imediata do termo “benefícios”. (SCOTT, 2009, p. 94) Hoje, dizem os salitreiros, somos mão de obra barata, muitas vezes sem garantia de direitos trabalhistas, ou arrendatários em nossa terra. (UNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DO VALE DO SALITRE, 2014) Em 2017 conversei com agricultores da comunidade de Tapera, localizada entre as comunidades de Junco e Campo dos Cavalos, no Baixo Salitre. Naquela ocasião testemunhei a indignação de um de agricultor em decorrência da violência acometida à sua família pelo Projeto Salitre. Com a implementação do projeto de irrigação, instaurou-se também um violento processo de latifundização e monopolização das terras, principalmente daqueles com melhores qualidades produtivas. Ainda muito jovem o agricultor e suas irmãs tiveram que migrar para São Paulo. Retornando anos depois viu que as terras da família haviam sido subtraídas. A grilagem de terras foi um dos maiores problemas vividos pelos agricultores neste longo período de violência administrativa. Fica claro, e isso consta na Carta de 2014, que o problema do Salitre não se restringe, atualmente, apenas à água (seja, para consumo humano, animal ou para produção), mas também à terra. Essas duas questões, desigualdade no acesso à água e à terra, apresentam-se como fatores centrais de impedimento para o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida nas comunidades.

A datar do início da década de 1980, quando são retomadas as obras de implementação do projeto de irrigação, os salitreiros somam mais de trinta anos de expectativas, decepção e indignação. O sonho do Projeto Salitre converteu-se em frustração, é fato. As promessas de “mudança para melhor” não se concretizaram. Por muito anos concebido como um largo passo para a redenção do sofrimento do salitreiro, constituiu-se em um processo longo e demorado de *violência administrada*.

Dona Leonice é, como ela mesmo se define, uma mulher de luta. Sempre que conversamos peço que me diga o que é luta, uma vez que essa palavra está sempre presente nas suas narrativas. Ela sabiamente me responde que a luta é vida, que uma não existe sem a outra. Apesar da longa violência administrativa e de todo descaso das instituições gestora do projeto de irrigação, os salitreiros declararam em Carta aberta em 2014 que nunca fugirão à luta, e que resistiriam se organizando de diversas formas, permanentemente fortalecendo os movimentos e atos de resistência. Assim, organizados e em movimento constante, os salitreiros senguem lutando e fortalecendo a resistência para garantir a permanência das famílias dentro do Vale do Rio Salitre.

Como um peregrino que não tem um destino, vivendo em contínuo movimento (INGOLD, 2015, p. 220-221), os salitreiros seguem caminhando e vivendo no Vale do Rio Salitre. Nesse movimento, rio e água alinham-se à luta e resistência deflagrada pelos salitreiros para continuarem existindo no Vale. Essa luta, que é constante, nos revela um modo muito particular de criar, estar e movimentar-se no mundo. Constituintes das memórias dos salitreiros, rio e águas oferecem, em cada ponto das paisagens avistadas no Vale, modos muito peculiares de contar histórias e de entender os processos dinâmicos de formação dos mundos habitados pelos salitreiros.

REFERÊNCIAS

BAILLÃO, André. Paisagem – Tim Ingold. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo. Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARRARA, Â. A. Antes das Minas Gerais conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p.574-596, 2007.

FICHTER, J. H. *Sociologia*. São Paulo: Herder, 1967.

FOSSIER, R. *O trabalho na Idade Média*. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

HOHENTHAL JÚNIOR, W. D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. In.: Rev. do Museu Paulista, São Paulo: Museu Paulista, n. 12, 1960.

GONÇALVES, E. L. OPARA: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOHENTHAL Jr., W. D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Nova Série, v. XII, p. 37-86, 1960.

INGOLD, T. *Estar Vivo* – Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. In: INGOLD, T. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. 1 ed. Londres: Routledge, 2000, p. 189-208.

LINDOSO, D. *A utopia armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real*. Maceió: Edufal, 2005.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MORGADO, D. M. G. *Pastoreio em Manteigas: transumância no passado e no presente*. 2013. 80f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) – Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra/Departamento de Ciência e Tecnologia. Coimbra – Portugal, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/30702>. Acesso em: 8 mai. 2020.

NANTES, M. *Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, 1979.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1943. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:nimuendaju-1943-mapa>. Acesso em: 7 mai. 2020.

ORLOVE, B. O. Putting race in its place: order in colonial and postcolonial Peruvian geography. *Social Research*, v. 60, n. 2, p. 301-360, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40970740?seq=1>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ORLOVE, B. O.; CATON, S. C. Water Sustainability: Anthropological Approaches and Prospects. *Annual Review of Anthropology*. Nova Iorque: Columbia University, v. 39, n. 1, p. 401-415, 2010. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.anthro.012809.105045>. Acesso em: 9 ago. 2019.

OTT, C. B. *Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano*. Salvador: Tipografia Manú Editora, 1955.

PIERSON, D. *O Homem no Vale do São Francisco – Tomo 1*. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

- PINA-CABRAL, J. Aromas de urze e de lama: reflexões sobre o gesto etnográfico. *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. Lisboa, v. 11, n. 1, p. 191-212, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1922>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- PINTO, E. *Etnologia Brasileira (Fulnio – os últimos Tapuias)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1956.
- INEMA. *Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre – PRHS. Síntese Executiva*. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre. Salvador, 2017. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/1149.00-PF-03-R01.pdf>. Acessado em: 28 maio 2020.
- REESINK, E. *As alparcatas do Conselheiro e a maior alegria do mundo*. Etnohistórias Kaimbé e Kiriri desde a conquista até Bello Monte. Tese defendida para promoção a professor titular, UFPE. Pernambuco: UFPE, 2017.
- REESINK, E. Saber os nomes: observações sobre a degola e a violência contra Bello Monte (Canudos). *Revista Antropológicas*, v. 24, n. 2, p. 43-73, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23802>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- REIS, A. M. B. dos. *Salitre: Uma contribuição para a análise da produção camponesa*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.
- ROSSI, R. A.; SANTOS, E. Conflito e regulação das águas no Brasil: a experiência do Salitre. *Caderno CRH*. Salvador, v. 31, n. 82, p. 151-167, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100010>.
- SCOTT, P. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- SOBRINHO, B. L. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- SOUSA, R. A. D. *O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração de riqueza da produção*. 2013, 356f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5568>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- UNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DO VALE DO SALITRE (UAVS). *Salitre: de viemos? Para onde vamos? Juazeiro/BA: Carta aberta à sociedade*, 2014. Disponível em <https://www.redegn.com.br/ckfinder/userfiles/files/Carta%20Politica.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- VINHAS, M. *Problemas agrário-camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- WOORTMANN, K. “Com Parente Não se Neguceia”: O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico*. Brasília, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 14 abr. 2022.